INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO: CST GESTÃO PÚBLICA

LUCAS SALES NAZARENO ANDRADE

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre Educação Especial na Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes

Palmas
2018

LUCAS SALES NAZARENO ANDRADE

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre Educação Especial na Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Profª. Drª. Leila Dias P. do Amaral

Palmas
2018

LUCAS SALES NAZARENO ANDRADE

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo sobre Educação Especial na Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em: ___ /___ /___

BANCA AVALIADORA

_____

Titulação e Nome do Professor (Orientador) IFTO – Campus Palmas

_____

Titulação e Nome do Professor IFTO – Campus Palmas

_____

Titulação e Nome do Professor IFTO – Campus Palmas

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, por me conduzir, me dar coragem e ousadia para prosseguir e cumprir mais uma etapa importante na minha vida.

A minha família, que sempre me deu incentivo em cada passo que dei para a realização deste trabalho.

A minha orientadora, Profª. Drª. Leila Dias P. do Amaral, pela a orientação, dedicação e paciência na elaboração deste trabalho.

Aos professores da minha banca avaliadora, que complementaram conhecimento positivamente para o meu trabalho e também para o meu crescimento intelectual.

RESUMO

Esta pesquisa constituiu-se no estudo da educação inclusiva abordando o ensino especial regular para os alunos do ensino público tendo sua problemática discutida a partir de coleta de dados relativos ao papel do estado e a postura do educador com relação a aplicação de práticas pedagógicas em conjunto com as melhorias de infraestrutura que são fatores de necessidade para a Instituição Municipal Escolar de Tempo Integral Vinícius de Moraes. Justifica-se o estudo do tema e a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso pela a necessidade de ampliar as oportunidades para os alunos com necessidades especiais promovendo as melhorias através da visualização das falhas do sistema democrático do estado, é possível refletir sobre o que está efetivado e o que ainda precisa viabilizar na infraestrutura da escola, levando em consideração também as adaptações dos próprios alunos ao modelo de aprendizagem aplicado pelos profissionais que precisam de uma preparação mais aprofundada.

Palavras-chave: Gestão Pública. Educação Inclusiva. Legislação. Palmas-TO

ABSTRACT

This research was constituted in the study of inclusive education addressing the regular special education for the students of public education and its problematic discussed from data collection on the role of the state and the attitude of the educator with regard to the application of pedagogical practices together with the infrastructure improvements that are factors of necessity for the Vinícius de Moraes Municipal School of Integral Time. The study of the theme and the elaboration of this project are justified by the need to expand the opportunities for students with special needs by promoting improvements through visualization of the failures of the state's democratic system, it is possible to reflect on what is accomplished and what still needs to be made feasible in the school infrastructure, taking into account also the adaptations of the students themselves to the learning model applied by professionals who need further preparation.

Keywords: Public Management, Inclusive education, Legislation, Palmas-TO

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....7
2-REVISÃO DE LITERATURA.....9
2.1 Pensando a Gestão Pública e a Gestão Escolar.....9
2.1.1 Conceito de Gestão Pública: 9
2.1.2 Conceitos e Ideologias sobre Educação Inclusiva de Alunos Especiais:.....12
2.2 Educação Inclusiva de Alunos Especiais no Âmbito da Legislação: 15
2.3 Política Pedagógica da ETI Vinícius de Moraes:.....23
2.4 Pesquisa.....24
2.4.1 Instrumentos da Pesquisa:.....24
2.4.2 Pesquisa de Campo:.....25
2.5 Ficha Individual de uma aluna especial:.....26
2.6 Coleta de Dados.....27
2.6.1 Entrevista.....27
2.6.2 Análise da Entrevista.....29
3-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....30
REFERÊNCIAS.....32
APÊNDICE.....35

1- INTRODUÇÃO

A educação inclusiva compreende a disposição da escola em atender a diversidade total das necessidades dos estudantes. Isto pode ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas a respeito de seus alunos, que seja seguro e acolhedor e que entenda a diferença como um fator positivo.

A inclusão nas escolas públicas pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiências se ajuste a escola. A inclusão não é uma realidade em todas as escolas, pois o sistema democrático da educação precisa passar por reestruturações e atualizações em relação às condições das escolas públicas.

Podemos afirmar que a educação inclusiva é muito importante para a formação educacional e social das pessoas consideradas diferentes e especiais na comunidade. Portanto através deste projeto será possível conhecer os mecanismos utilizados para o atendimento a essas pessoas, partindo da gestão escolar e, também, em relação ao que compete às leis, pois conhecer as leis que fundamentam a educação inclusiva para alunos especiais é primordial para os educadores encontrarem os avanços e utilizar os recursos que estão disponíveis para atender melhor o sistema pedagógico que fornece aprendizagem ao alunos especiais.

As ideias de Vygotski (2005) serão fundamentais para o entendimento de que, no processo pedagógico de aprendizagem, a homogeneização dos perfis é um fator negativo na interação psicossocial do aluno especial. É necessário, também, conhecer os principais conceitos da gestão pública por se tratar de uma escola pública em estudo, onde as ações do diretor, que por sua vez é um gestor público, são fundamentais no desenvolvimento da educação inclusiva para alunos especiais.

Gestão Pública é uma competência diretamente ligada ao funcionamento estatal e também aos órgãos públicos entre si, portanto cabe ao Gestor Público administrar com eficiência, isto é utilizar os recursos com inteligência, com eficácia, abrangendo a utilização de metas para alcançar os principais objetivos, com

planejamento, ou seja, um gestor precisa ter planos para dirigir uma organização (empresa ou órgão).

Nesse sentido, este trabalho pretende refletir sobre a gestão da educação especial na perspectiva da inclusão para contribuir no avanço das ideias que resultam de estudos sistematizados, objetivando conhecer o funcionamento da Educação Inclusiva abordando o funcionamento do Ensino Especial na Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes. Para tanto, será exposto o modelo de gestão escolar para o melhor entendimento desta temática e da grande problemática que consiste na falta de capacitação, disponibilidade para executar um serviço de qualidade na educação especial e falta de melhoria na infraestrutura. Portando será apresentado o conceito da educação inclusiva como uma demanda da gestão pública escolar, as aprovações do meio político, podendo destacar a Lei Brasileira de Inclusão que foi aprovada por unanimidade no Senado depois de 12 anos em tramitação no Congresso Nacional, o plano político pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes com a implementação de ações metodológicas que objetivem o atendimento à diversidade e às necessidades educacionais especiais dos alunos juntamente com os resultados das pesquisas e entrevistas realizadas com profissionais na escola em estudo, o trabalho abrange em conjunto todo esse estudo realizado.

2-REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Pensando a Gestão Pública e a Gestão Escolar

2.1.1 Conceito de Gestão Pública

A gestão pública abrange uma espécie de administração que envolve todo planejamento voltado para a eficiência e eficácia no setor público, sendo responsável pelo crescimento e desenvolvimento das organizações públicas.

Para Lima (2006) em seu discurso no fórum nacional de qualidade, *"*gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito*".* Em uma gestão pública não se pode esquecer a capacidade de se atentar e permanecer no posicionamento da organização planejada, para que assim, a missão possa ser cumprida, que neste caso primordial é o desenvolvimento administrativo em benefício ao povo. Lima (2006) ainda acredita que uma boa organização na gestão pública está relacionada à uma alta capacidade de gestão, que por sua vez, relaciona-se com a *"*melhor relação entre recurso, ação e resultado*".* Neste sentido pode-se dizer que quanto maior for a demanda, isto é, a necessidade de um planejamento eficiente no município, maior deverá ser a capacidade do gestor público, principalmente se os recursos disponíveis forem escassos.

No que tange ao estudo da administração pública, Procopiuck (2013) aponta que a modernização da administração pública, a qual ele delimita entre 1880 e 1920, ocorreu nos Estados Unidos. Denhardt (2012, p. 56-57) explica que antes ainda do século XX, "muitos teóricos e profissionais redigiram comentários sobre o papel dos órgãos administrativos na execução do trabalho do Estado". Entretanto, segundo esse autor, foi com o ensaio de Woodrow Wilson de 1887, que se iniciaram os estudos formais sobre as operações administrativas do governo.

Uma das grandes heranças de Wilson (1955, p. 26) foi a tentativa de separação entre política e administração: "o campo da administração é um campo de atividades apolíticas". Assim, para o autor "a administração está fora da esfera própria

da política. As questões administrativas não são questões políticas” (WILSON, 1955, p. 27).

Podemos constatar que o início do estudo formal da administração pública foi pensado a partir da administração de empresas. Uma vez que a própria ciência administrativa tem suas origens em uma perspectiva filosófica do positivismo lógico (DENHARDT, 2012, p. 98). Assim, o estudo em administração pública advém dessa mesma corrente, na qual se buscou não apenas uma visão técnica, mas a neutralidade. A separação entre administração e política ganha respaldo na racionalidade weberiana, ou seja, a legitimidade da burocracia não possuía base na política. Esse é o traço que a torna especificamente racional. Consiste, de um lado, em conhecimento técnico que, por si só, é suficiente para garantir uma posição de extraordinário poder para a burocracia. Uma vantagem da burocracia, sobretudo para organizações públicas, foi representar um modelo que buscou superar o patrimonialismo. Essa separação da esfera pública e privada é uma das razões pelas quais a burocracia pode ser defendida como um avanço importante para organizações públicas. Segundo Motta e Bresser-Pereira (1981), o crescimento da burocracia no mundo moderno, decorre da capacidade de trazer eficiência às organizações. Por outro lado, esses autores também não negam a ocorrência das disfunções burocráticas. É a partir de tais disfunções que críticas começam a surgir em relação ao modelo burocrático weberiano. Aos poucos a influência do uso de gestão no setor público foi estendendo-se durante todo o século XX. Procopiuck (2013) destaca que a década de 1920 foi marcada por alguns traços importantes da administração pública: (1) Definição de processos da administração governamental divididos em duas fases: decisão e execução; (2) A administração poderia ser desenvolvida com base nos pressupostos da ciência; (3) O estudo em administração levaria à descoberta de princípios científicos; (4) A economicidade e a eficiência seriam os objetivos principais, senão os únicos, dos estudos em administração; (5) O ensino em administração pública com ênfase gerencial (PROCOPIUCK, 2013, p. 87-88). Essas características mostram que o pensamento wilsoniano se expande e ganha cada vez mais contornos cientificistas e gerenciais. Em 1926, Leonard D. White lançou a obra que seria considerada o primeiro esforço de sistematização dos estudos de administração pública, na qual o autor defende esta não

apenas como um campo independente de estudo, mas tendo como base a gestão e não os fundamentos legais (PROCOPIUCK, 2013). É, portanto, no decorrer da década de 1920 que a ênfase nos estudos de administração pública passou a ser atribuída à gestão, aproximando este campo ao campo da administração empresarial. Procopiuck (2013, p. 12) problematiza essa questão dizendo que: No contexto da administração pública, as tentativas de adaptar a qualquer custo técnicas gerenciais desenvolvidas para negócios privados culminaram por gerar profundas crises originárias da incongruência entre os meios operados e os fins visados por tais técnicas e os fins perseguidos pelas instituições públicas. Tal aproximação à gestão privada decorre da necessidade de perseguir um dos maiores objetivos da administração: a eficiência.

Embora o fim último da administração pública (bem público) seja bastante diferente da gestão privada (lucro), ambas buscam a eficiência. Muitos estudiosos do início do século XX defendiam essa busca: “o objetivo da administração pública é a utilização com máxima eficiência dos recursos colocados à disposição dos dirigentes e funcionários” (WHITE, 1948 apud DENHARDT, 2012, p. 87) e “na ciência da administração, quer pública ou privada, o ´bem` primordial é a eficiência” (GULICK, 1937 apud DENHARDT, 2012, p. 88). A eficiência como um dos aspectos mais importantes a buscar na administração pública também tem a ver com a defesa que esses estudiosos tinham de tratar as ciências sociais, inclusive os estudos administrativos, como as ciências naturais (MOTTA e VASCONCELOS, 2008). A procura de um positivismo lógico1 levou esses estudiosos a crer que a eficiência era a busca neutra necessária para a melhoria das organizações. Assim, o esforço para alcançar a eficiência no emprego dos recursos foi a visão predominante nas décadas de 1920 e 1930 e ressurgiu na nova gestão pública (NGP), abordagem que veio consolidar a teoria da administração pública como majoritariamente voltada a atender uma perspectiva neoliberal.

Se o início dos estudos formais em administração pública foi marcado pela dicotomia entre administração e política, as teorias que se seguiram nem sempre conseguiram superá-la. Isso pode ser verificado quando, a partir de meados da década de 1970, estabelece-se a crise e o declínio do Estado de bem-estar social (welfare state). Buscando superar a crise, as propostas neoliberais direcionavam os Estados a

uma série de reformas que, segundo Arienti (2003), tinham o objetivo de diminuir o tamanho do aparelho burocrático estatal.

2.1.2 Conceitos e Ideologias sobre Educação Inclusiva de Alunos Especiais:

A gestão educacional das escolas públicas está relacionada com os conceitos da gestão pública, pois a escola pública é uma organização pública que precisa de gestores capazes de administrar as demandas com eficácia e eficiência. Nessa gestão é preciso administrar todas as necessidades estruturais e pedagógicas da escola.

A educação inclusiva é uma demanda da gestão pública escolar. Abrange uma concepção de direitos humanos que sugere a ideia de igualdade, é uma importante ferramenta da gestão das escolas públicas.

Para Carvalho (2005), ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

Para Mendes (2012), além de ser um direito, a Educação Inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos.

Na relação ensino-aprendizagem, as variáveis pessoais do professor precisam ser consideradas, pois a aprendizagem do aluno é determinada também pela qualidade da relação interpessoal entre eles. Portanto, o processo de formação do professor precisa ser capaz de lidar com tais características psicossociais do professor, levando-o a refletir sobre elas e eventualmente modifica-las para favorecer a aprendizagem. Há

muitas variáveis que podem afetar o bom desempenho do professor. Neste trabalho, foram analisadas e discutidas as concepções a respeito da Educação Inclusiva e Educação Especial, considerando que tais concepções podem afetar profundamente a natureza das ações pedagógicas desenvolvidas pelo professor na sua relação com alunos com diferentes características, incluindo aqueles que apresentam diferenças ou dificuldades especiais. Foi possível observar que ao menos no que concerne às concepções, o conhecimento teórico e prático exerce algum efeito.

Para o psicólogo Lev Vygotski (2005) em seu discurso para a revista do centro de educação, a premissa básica da qual se apóia encontra-se no cerne de sua teoria sócio-histórica, isto é, de que para o desenvolvimento infantil e humano em geral a sócio-gênese é condição fundamental.

A condição para que a criança passe por transformações essenciais, que a torne capaz de desenvolver as estruturas humanas fundamentais do pensamento e da linguagem, apóia-se na qualidade das interações sociais em seu grupo (família, escola, etc.). O grande problema ou grande obstáculo quando pensamos na criança com deficiência reside no isolamento frequente que vivencia, seja na família, seja na vida escolar, seja na vida em sociedade. O isolamento, na ótica Vygotskiana, não constitui apenas um problema social ou ético, porém apresenta uma faceta psicossocial (mais correto afirmar, psicológica) muito delicada. Esta vulnerabilidade deve-se à premissa Vygotskiana central da necessidade da dinâmica sócio-gênica para um desenvolvimento infantil sadio. Quanto mais intensas e positivas forem às trocas psicossocias, mais fortalecido sairá o desenvolvimento infantil, sendo a recíproca verdadeira, isto é, quanto mais debilitadas forem estas trocas, mais lacunar será tal desenvolvimento.

Por que o aspecto acima pode apresentar-se de forma problemática? Porque historicamente as crianças e também os adultos com deficiência foram (e têm sido) socialmente segregados. A segregação social pode ser ilustrada através da figura de círculos concêntricos, em que o círculo básico – a família – pode ser o primeiro grupo que pratica a exclusão, através de atitudes de rejeição ou super-proteção, ampliando-se por meio da exclusão escolar, da incompreensão comunitária, e assim por diante. Aí encontramos o primeiro (e vital) paradoxo, ou seja, aceitando-se a premissa

Vygotskiana da importância e necessidades das experiências sociais para o desenvolvimento humano (intelectual, afetivo, social, moral, etc.), sem o que nenhuma criança poderá construir, de uma maneira positiva, as estruturas fundamentais do pensamento e da linguagem, a segregação social imposta às crianças com deficiência constituirá fator fragilizador para o seu pleno desenvolvimento.

Por isto, Vygotski (2005) opõe-se ao envio sistemático das crianças com deficiência para as escolas especiais. Ele vai mais longe, opondo-se, em princípio, ao projeto pedagógico destas escolas (não que elas não sejam necessárias para o atendimento das crianças cuja condição impeça a integração nas escolas comuns), que se teria uma orientação demasiadamente terapêutica, e que também teria como efeito o afastamento crescente da criança do ensino regular.

Porém, o prejuízo maior, na ótica de Vygotski (2005), ocorreria no plano social, isto é, conforme sua teoria sócio-genética, a criança com necessidades especiais ficaria debilitada no que tange à importância das trocas interpsicológicas. Uma das premissas Vygotskianas fundamentais, que afirma que as condições do desenvolvimento psíquico derivam da qualidade das trocas sociais, estaria diretamente implicada na decisão pedagógica de integrar (ou incluir) ou não os alunos com necessidades especiais na escola comum. Poderia se afirmar que em ambas situações, isto é, tanto na escola especial como na escola comum, a criança estaria em situação de convivência social. Poderíamos afirmar que sim. Porém há, aqui, um diferencial evidente.

Em primeiro lugar, Vygotski (2005) sempre combateu uma proposta de formação de grupos com igualdade nos perfis, isto é, grupos com tendência a se homogeneizarem a partir particularmente dos critérios de condição intelectual e de desempenho acadêmico. Para ele, seria através dos variados contornos individuais de cada criança que as trocas psicossociais se tornariam enriquecedoras e contribuiriam para o crescimento de cada um no grupo.

Assim, a escolarização das crianças com deficiência em grupos de crianças “especiais”, com condição individual similar, acabaria por provocar um processo de limitação social, na medida em que as trocas interpsicológicas se restringiriam às feitas no grupo de “iguais”. Vygotski criticava tal postura pedagógica.

É importante aqui voltarmos nossa atenção para o modelo ontogenético vygotskiano. Tal modelo se pauta pela concepção de que a emergência de novas estruturas cognitivas e lingüísticas e correspondentes competências intelectuais e afetivas decorre das mediações semióticas e das mediações humanas. A criança tem acrescentada a suas competências atuais novas competências por causa da aproximação aos outros sociais, esses outros entendidos, por um lado, como as novas apropriações semióticas (tendo a linguagem como principal recurso) que a criança faz no grupo cultural, e, por outro, o adulto ou o par mais desenvolvido como mediador das novas competências.

2.2 Educação Inclusiva de Alunos Especiais no Âmbito da Legislação:

Dentro desta temática existem várias aprovações no meio político, pode-se destacar a Lei Brasileira de Inclusão que foi aprovada por unanimidade no Senado depois de 12 anos em tramitação no Congresso Nacional. A aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão, que resultará em uma série de mudanças na vida de milhões de pessoas com deficiência no país, teve a relatoria do Senador Romário de Souza Faria (PSB-RJ).

Romário (2015) afirma: “Este é um dia mais que especial, não só para o Senado, não só para um pai que tem uma filha com deficiência, todos sabem da minha Ivy, uma princesa de 10 anos, mas para o país. Acredito que vamos ter a oportunidade de melhorar a qualidade de vida de mais de 50 milhões de pessoas”, disse Romário, emocionado.

A aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados foi comemorada pelos parlamentares e pelo público que compareceu ao Plenário do Senado para acompanhar o andamento da sessão. Antes da votação do substitutivo, Romário pediu o apoio dos senadores presentes, ressaltou a importância da Lei Brasileira de Inclusão e lembrou o dever dos parlamentares de ajudar diretamente as pessoas com deficiência. “Nós temos o dever de ajudar. Hoje é a nossa chance de nos redimir todas essas pessoas que merecem respeito e dignidade”, afirmou.

O autor do projeto original, senador Paulo Paim (PT-RS), homenageou os relatores da lei – no Senado, Romário; na Câmara, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) – e citou os pontos dos quais a lei trata: combate à discriminação, atendimento prioritário, direito à vida, moradia, trabalho, acessibilidade, participação política, entre outros.
Paulo Paim (2015): “Se há um projeto do qual tenho orgulho é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esse projeto não é desse ou daquele partido, é do povo brasileiro”, disse o senador.

A legislação aprovada dá respaldo às pessoas com deficiência para exercerem seus direitos em diversas esferas sociais e inaugura um novo paradigma no país, o da inclusão – em que a sociedade se prepara para receber a pessoa com deficiência e não mais a pessoa com deficiência se adapta a uma sociedade que não está apta a recebê-la.

Romário Faria (2015) “O foco, agora, não é mais compensar o que supostamente está errado com a pessoa, mas, sim, corrigir o que está errado com a sociedade, que a segrega por não ser capaz de derrubar as barreiras que impedem sua plena inclusão social”. O senador ainda sensibilizou os presentes para a importância da compreensão da inclusão como um assunto do interesse de todas as pessoas.

Romário Faria (2015) “Hoje tenho o privilégio de enxergar que a inclusão das pessoas com deficiência interessa a todos nós e é urgente. A maioria dos senadores aqui não tem deficiência, mas há quase 50 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. Pessoas que nasceram ou que se tornaram deficientes devido a uma doença, um acidente, ou mesmo em decorrência da idade. Estou dizendo que, um dia, todos nós precisaremos de acessibilidade, porque, com sorte, todos nós envelheceremos”.

A Lei Brasileira de Inclusão foi uma proposta do senador Paulo Paim, em 2003. Foi aprovada em 2006 e seguiu para a Câmara dos Deputados, onde teve relatório da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) aprovado. Em 2015, o PL foi reencaminhado ao Senado e recebeu a relatoria do Romário de Souza Faria.

Relacionando com a temática, pode-se citar o seguinte projeto de lei destacando seu capítulo em relação ao direito de inclusão na educação para os especiais:

Art. 1º Fica instituída o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão, destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008 e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de entrada de vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I–os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
II–os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
III–a limitação no desempenho de atividades; e
IV–a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, da informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
II – desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;
III – tecnologia assistiva ou ajudas técnicas: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V – comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, dentre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI – adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

VII – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica e gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VIII – mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como

semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acessos coletivos às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

IX – pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou percepção, incluindo pessoa idosa, gestante, lactante e pessoa com criança de colo e pessoa obesa;

X – residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades das pessoas acolhidas, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade com vínculos familiares fragilizados ou rompidos;

XI – moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas, que possam contar com serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência;

XII – atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII – profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV – acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como demais serviços e adaptações razoáveis, para atender as características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
IV – oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e escolas inclusivas;
V – adoção de medidas individualizadas e coletivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo seus acesso, permanência, participação e aprendizagem nas instituições de ensino;
VI – pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva;
VII – planejamento do estudo de caso, da elaboração do plano de atendimento educacional especializado, da organização de recursos e serviços de acessibilidade e da disponibilização e usabilidade pedagógica dos recursos de tecnologia assistiva;
VIII – participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais, profissionais, levando em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, tradutores e intérpretes da Libras, guias intérpretes e profissionais de apoio;
XII – oferta do ensino da Libras, do Sistema Braille e do uso dos recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
XIV – inclusão de conteúdos curriculares, nos cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
XV – acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a

> jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
> XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, ambientes e atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
> XVII – oferta de profissionais de apoio escolar;
> XVIII – articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
> § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento destas determinações.
>
> § 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:
> I – os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;
> II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
>
> Art. 29. As instituições de educação profissional e tecnológica, as de educação, ciência e tecnologia e as de educação superior, públicas federais e privadas, estão obrigadas a reservar, em cada processo seletivo para ingresso nos respectivos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio, de educação profissional tecnológica e de graduação e pós-graduação, no mínimo, 10% (dez por cento) de suas vagas, por curso e turno, para estudantes com deficiência.
> § 1º No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, as remanescentes devem ser disponibilizadas para os demais estudantes.
> § 2º Os cursos mencionados neste artigo não poderão excluir o acesso das pessoas com deficiência, sob quaisquer justificativas baseadas na deficiência.
> § 3º Quando não houver a exigência do processo seletivo, é assegurado à pessoa com deficiência o atendimento preferencial na ocupação de vagas nos cursos mencionados no caput deste artigo.

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. No

Art 2º da Lei N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989, cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgão e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – Na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
b) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um (um) ano, educandos portadores de deficiência;
e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo;
f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.
Conforme a Lei Nº 8069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente, foi decretado no Art. 53 que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

2.3 Política Pedagógica da ETI Vinicius de Moraes:

A Escola Municipal Vinícius de Moraes foi fundada no ano de 1995, com o apoio da Associação de Moradores da quadra 704 Sul, tendo como primeiro nome APA 2000. Sua estrutura era precária, sendo apenas um galpão de madeira contendo cinco (5) salas de aula, para atender trezentos (300) alunos de 1ª a 6 ª série do Ensino Fundamental. Teve como diretora a professora Lucimar Viana e contava com 20 professores mantidos pela Associação. Posteriormente, foi municipalizada sendo nomeada como Escola Municipal da ARSE 71.

A Escola Municipal Vinícius de Moraes surgiu em 28 de fevereiro de 1997, construída e inaugurada na gestão do prefeito Eduardo Siqueira Campos e do Secretário Municipal de Educação Adaguismar Araújo Martins, mediante Resolução n.º008/97, de **17/09/1997** data de inauguração (30/12/96), do Conselho Municipal de Educação e diante da necessidade de atender à demanda e carência dos alunos da quadra 706 Sul, arredores e advindos da Escola Municipal da ARSE 71.

Recebeu este nome em homenagem ao poeta, cronista, compositor, crítico, cinematográfico e diplomata Vinícius de Moraes, cujo nome completo era Marcos Vinícius de Melo Moraes (1913 – 1980). Nasceu e morreu na cidade do Rio de Janeiro, e na opinião geral da crítica, é um dos poetas mais famosos do país.

O primeiro diretor da escola foi o Pe. Jones Ronaldo S. Pedreira, em um período de aproximadamente sete meses. A segunda diretora foi a irmã Célia Tuna Réche, ficando na direção de agosto de 1997 a janeiro de 1998. A terceira diretora foi Luciana Kramer no período de fevereiro de 1998 a junho de 2001. A quarta diretora, Reila Diniz, atuou de agosto de 2001 a janeiro de 2005. No ano de 2005, assume a direção, a então coordenadora pedagógica, Olga Jocenara Carneiro até março de 2014. Depois assume a gestão o diretor Wesley Pires Leite de maio de 2014 a janeiro de 2015. Em fevereiro de 2015, assume a direção o Sr. Daniel Francisco Tramontini que ora se encontra à frente da Gestão.

Na perspectiva democrática, o princípio pedagógico deve estar ligado à competência, dedicação e envolvimento de todos os integrantes da comunidade escolar, de forma a assegurar um ensino de qualidade, respaldada na proposta de

formação integral do ser humano. Um dos grandes objetivos da ETI Vinícius de Moraes abrange a implementação de ações metodológicas que objetivem o atendimento à diversidade e às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A ETI Vinícius de Moraes seguirá as orientações da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da inclusão (MEC-2008) Decreto 6571 de 2008 e Resolução n.04 CNE/CEB (2009), no atendimento educacional especializado, objetivando assim, assegurar a inclusão de alunos com Deficiências, Transtornos Globais de Desenvolvimento, de forma a assegurar os direitos de participarem de uma educação sem exclusões, discriminação e preconceitos.

2.4 Pesquisa

2.4.1 Instrumentos de Pesquisa:

Segundo Strauss & Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. O método fornece os meios para se alcançar o objetivo proposto, ou seja, são as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, a fim de responder nossa questão.

Este projeto, com base na natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa básica, pois o mesmo objetivou gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. “Envolve verdades e interesses universais.” (PRODANOV, 2013, p. 51).

A análise dos dados gerados por essa pesquisa constitui-se de caráter qualitativo, pois segundo Prodanov (2013, p. 70) a análise qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”

Dessa forma, “Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo.” (PRODANOV, 2013, p. 70)

2.4.2 Pesquisa de Campo:

Em pesquisa realizada com o diretor acadêmico da ETI Vinicius de Moraes no ano de 2018 constatou-se que o atendimento dos alunos especiais ocorre numa sala de recurso multifuncional durante duas horas semanais no período oposto ao da Sala de aula Comum ou em horário a ser definido adequando-se a necessidade do aluno e da família. É realizado um atendimento educacional especializado para alunos da própria escola, bem como de outros estabelecimentos de ensino que requeiram esse atendimento, orientando pais e professores, sobre o trabalho desenvolvido com cada aluno e firmar parcerias de forma a contribuir para o desenvolvimento integral do aluno.

A escola atua também no atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais, elaborando o plano de atendimento individualizado afim de desenvolver os alunos com necessidades educacionais especiais, procura orientar aos pais sobre o trabalho realizado na sala de recursos, orienta também aos professores sobre a forma de aprender e as necessidades dos alunos, existe um planejamento de ação conjunta que acompanha o processo educativo dos alunos que frequentam a sala de recursos e organiza a rotina escolar para os alunos com necessidades educacionais especiais, é realizada uma contínua análise dos resultados de todo esse trabalho.

Destaca-se também nesse projeto, o caso de uma aluna especial com problemas psicomotores a partir da coleta de informações sobre seu aprendizado e seu desenvolvimento educacional, bem como de outros estudantes em situação semelhante, ainda a serem elencados na pesquisa.

2.5 Ficha Individual de uma aluna especial:

Em pesquisa realizada na ETI Vinícius de Moraes foi analisado a caso de uma aluna especial. Nasceu de parto normal, a mãe teve uma gestação normal sem complicações até seu nascimento, se encontrava com o cordão umbilical preso no pescoço, que houve necessidade o uso do balão de oxigênio, não chorou durante o nascimento, teve o desenvolvimento psicomotor lento, não sorri e nunca verbalizou uma palavra desde criança, andou com dois anos de idade, fez uma cirurgia no céu da boca uma vez que a língua ficava presa. Tem mais sete irmãos sendo que o irmão mais novo também apresentou dificuldade na fala. Cursa o 9º ano, não lê devido não falar, mas reconhece as letras, escreve pequenas palavras em letra de bastão, copia do quadro algumas atividades, mas não é totalmente alfabetizada, apresenta dificuldade visual, faz uso de óculos, não fala, mas parece compreender o que lhe é solicitado. Conforme parecer médico a aluna não necessita apreender a língua de Sinais Libras por entender que a aluna vai falar com quinze anos. Cumpre as regras que lhe são propostas apesar do déficit de concentração. Foi possível observar a importância da socialização dela com as crianças ditas normais, nesse aspecto ela atingiu um bom resultado. Essa socialização pode trazer um desempenho melhor para o aluno especial, por outro lado ,embora exista muitas opiniões contrárias, essa socialização não prejudica ao aluno que não tem problemas psicomotores, pois a partir dessa situação a pedagogia entra em ação com mecanismos de solidariedade, ou seja, alunos especiais podem sim ser um fator positivo para os demais alunos quando entra em prática os valores éticos e morais, portanto essa questão traz crescimento educacional para todos os tipos de alunos e os mecanismos abrange toda as estratégias para separar esses alunos e aplicar o conhecimento necessário de acordo com a capacidade de aprender de cada um, existindo uma separação nesse sentido sem causar nenhum constrangimento, mantendo a socialização sem prejudicar nenhum aluno em nenhum grau.

2.6 Coleta de Dados:

2.6.1 Entrevista:

Para Gil (2008, p. 109), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Gil (2008) aponta a entrevista como uma excelente ferramenta para ser utilizada quando se pretende conhecer a opinião, anseios e ou desejos dos entrevistados de uma pesquisa.

Gil (2008. p.109) afirma que “muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia. Por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação.”

Este trabalho constitui o modelo semi-estruturado de entrevista, pois as questões levantadas pelo o entrevistador foram pré-estabelecidas com alguma alterações necessárias para trazer flexibilidade ao entrevistado.

A seguir serão apresentadas as opiniões de cada entrevistado afim de obter dados mais detalhados sobre o profissionalismo de cada um e o funcionamento da gestão na educação inclusiva para alunos especiais:

Qual sua visão sobre a Gestão Pública Escolar ?

> “Penso na Gestão Escolar como uma forma de administrar uma escola como um todo, observando as necessidades e particularidades de cada setor.” (Diretor Acadêmico)

Quais as dificuldades da escola na Educação Inclusiva de Alunos Especiais?

> “A formação do professor, a infraestrutura e o acompanhamento familiar são as dificuldades que a escola enfrenta na gestão da educação inclusiva para os alunos com deficiências especiais. Porém, apesar disso a escola consegue avançar de forma significativa no desenvolvimento desses alunos” (Diretor Acadêmico)

> “São dificuldades da escola na aplicação da inclusão para alunos especiais o fato de faltar conhecimento aprofundado por parte dos professores para trabalhar com os alunos especiais. Penso que as instituições que formam esses profissionais deve prepara-los melhor nesse aspecto.” (Coordenadora do Ensino Especial)

Como você avalia a infraestrutura para o atendimento da Educação Inclusiva?

> “Acredito que temos uma boa infraestrutura, porém, com necessidades de melhorias, principalmente na questão da parte física e também na capacitação dos profissionais envolvidos.”(Diretor Acadêmico)

Como incentivar a Educação Inclusiva para Alunos Especiais?

> “A capacitação qualificada dos profissionais em conjunto com as ações e projetos que envolvem os alunos especiais é uma prática que traz incentivo para a educação inclusiva. ” (Diretor Acadêmico)

Na sua visão, o que é Educação Inclusiva?

> “Na minha visão, educação inclusiva na escola é a oportunidade de pessoas com dificuldades estar no convívio escolar com os mesmos direitos e deveres de todos conforme determinado na legislação e com respaldo em relação a suas limitações” (Coordenadora do Ensino Especial)

Explique os impactos que a Educação Inclusiva pode gerar para a sociedade, como incentivar essa prática nas escolas e como você avalia o papel da lei.

> “Acredito que a legislação trouxe um grande avanço com oportunidades de emprego, acessibilidade e no direito a educação em todos os níveis de escolaridade. A escola tem um papel muito importante quando trabalha a autonomia, habilidade, potencialidade e as competências dos alunos especiais.” (Coordenadora do Ensino Especial)

2.6.2 Análise da Entrevista:

Os dados coletados na entrevista foram analisados por meio de análise de conteúdo. Segundo Richardson (1999, p. 223) “a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, em determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência”.

Nesse projeto, o diretor acadêmico e a coordenadora do ensino especial da unidade escolar em estudo foram entrevistados, através dessa entrevista foi possível analisar as tomadas de decisões do diretor acadêmico em relação a educação inclusiva, obter informações detalhadas sobre a gestão da escola em relação a educação especial e levantar hipóteses para solucionar os problemas de infraestrutura e capacitação de profissionais. Através do ponto de vista desses profissionais sobre essa temática é possível concluir que existe limitações na escola para desenvolver um trabalho mais intenso e com a participação dos responsáveis dos alunos, pois lidar com um portador de alguma deficiência não é algo simples para a escola e para os responsáveis, existe uma série de conceitos e opiniões diferentes entre todos, portanto a entrevista foi feita com muita cautela e com base na ética.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente trabalho objetivou a análise do plano de ensino escolar da Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes e o desenvolvimento das práticas de educação inclusiva para os alunos com dificuldades especiais, levando em consideração que a inclusão abrange a adaptação da escola com as necessidades de alunos com dificuldades de aprendizagem em conjunto com as estratégias pedagógicas.

Segundo Gil (2008, p. 156) “A análise tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.”

Pode-se abordar nesse processo a necessidade de melhorias na infraestrutura escolar e no treinamento profissional para a educação inclusiva. A gestão escolar em pleno funcionamento é também fundamental para desenvolver uma educação inclusiva eficaz, pois essa gestão envolve todo o planejamento e a organização das demandas administrativas em conjunto com as demandas pedagógicas, este planejamento é realizado pelo gestor escolar.

A legislação é primordial para a execução do plano educacional das escolas e para as tomadas de decisões dos gestores escolares, pois através das leis a educação se torna um direito da pessoa com deficiência de participar do sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprender ao longo de toda sua vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com as suas limitações, isto é, suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A gestão pública é fundamental em todo o processo de planejamento, organização, direção e coordenação da escola pública e do desenvolvimento da educação inclusiva.

As informações que foram recolhidas se tornam mais abrangentes a partir do que foi analisado em relação aos instrumentos utilizados para as pesquisas de campo e para as entrevistas que foram executadas. É importante destacar o Estado no seu vigor com as leis que atendem a grande causa do projeto, o Estado assegura às pessoas

com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade.

Portanto através do projeto foi possível chegar no ponto de vista que aos profissionais da escola cabe entender que a aprendizagem e a avaliação são processos ativos e individuais, que trazem no seu bojo um processo social gerador de mudanças efetivas, ao mesmo tempo criando a sensação de incompletude para os que aprendem, obrigando uma constante busca pelo saber. Assim a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais está de acordo com as especificidades de cada aluno levando em consideração as orientações médicas/psicopedagógicas utilizando instrumentos avaliativos que contemple a sua evolução acadêmica no cotidiano da vida escolar. As adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais precisam ser providenciadas para que pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação e as medidas de apoio individualizadas, sendo necessário adotar ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, W. L. Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano. Revista de Economia Política, v. 23, n. 4, p. 97-113, Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-01054.pdf /> Acesso em 24 de junho de 2018. 2003.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata (9ºEdição).** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. (2012)

BRASIL. **Lei N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf.

BRASIL. **Lei N.º 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf

BRASIL. **Lei de Criação: Resolução 008/97 de 17/09/1997.** Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes. Escola Municipal de Tempo Integral Vinícius de Moraes, Palmas, 2017.

BRASIL. **Substitutivo da Câmara dos Deputados Nº 4, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado Nº 6, de 2003 (Projeto de Lei Nº 7.699, de 2006, na Câmara dos Deputados)**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão. Disponível em: http://romario.org/noticias/integra-da-lei-de-inclusao-aprovada-senado/ . Publicado em 29 de junho de 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. IN: *Revista da Educação Especial.* Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio /> Acesso em 08 de fevereiro de 2018. (2005).

GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

DENHARDT, R. B. IN: *Teorias da administração pública*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-01054.pdf /> Acesso em 24 de junho de 2018.São Paulo: Cengage Learning, (2012).

FARIA, Romário de Souza. IN: Lei Brasileira de Inclusão é Aprovada Disponível em:https://romario.org/noticias/lei-brasileira-de-inclusao-e-aprovada/ > Acesso em 17 de maio de 2018. (2015)

LIMA, Paulo Daniel Barreto. IN: *Excelência em Gestão Pública*. Recife: Fórum Nacional de Qualidade. Disponível em: https://www.infoescola.com/administracao_/gestao-publica/ />Acesso em 10 de fevereiro de 2018. (2006).

MARINHO, Cristina. IN: Revista de Educação Especial. Concepções de futuros professores a respeito da educação inclusiva e Educação Especial. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28085 />Acesso em 22 de maio de 2018.

MENDES , Paulo. IN: *Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio.* Disponível em : https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio /> Acesso em 08 de fevereiro de 2018. (2012).

MOTTA, F. C.; BRESSER-PEREIRA, L. C. IN: *Introdução à organização burocrática.* Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-01054.pdf /> Acesso em 24 de junho de 2018. São Paulo: Brasiliense, (1981).

MOTTA, F. C.; VASCONCELOS, I. F. G. IN: *Teoria geral da administração. 3. ed.* Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-01054.pdf /> Acesso em 24 de junho de 2018. São Paulo: Cengage Learning, (2008).

PROCOPIUCK, M. IN: *Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-01054.pdf /> Acesso em 24 de junho de 2018. São Paulo: Atlas, (2013).

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

STRAUS, Claude Lévi; CORBIN, Alain. IN: Sistema Maxwell PUC-RIO. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9443/9443_4.PDF /> Acesso em 10 de fevereiro de 2018. (1998).

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. IN: *Revista do Centro de Educação*. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a7.html />Acesso em 08 de fevereiro de 2018. (2005).

WILSON, W. IN: *Estudo da administração*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-01054.pdf /> Acesso em 24 de junho de 2018. Rio de Janeiro: Ed. FGV, (1955).

WEBER, M. IN: *Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. Sociologia da burocracia. 4. ed.* Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n4/1679-3951-cebape-14-04-01054.pdf /> Acesso em 24 de junho de 2018. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,. 15-28 p. (1978).

APÊNDICE

Cronograma de Execução

MES/ETAPAS	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18
Escolha do tema	X								
Levantamento bibliográfico		X	X	X	X		X	X	X
Elaboração do anteprojeto			X	X	X				
Apresentação do projeto									X
Coleta de dados	X			X	X	X	X		
Análise dos dados		X	X	X	X		X	X	X
Organização do roteiro/partes					X		X	X	
Redação do trabalho		X	X		X		X	X	
Revisão e redação final		X	X	X			X	X	X
Entrega da monografia									X
Defesa da monografia									X